



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

MINUTA DE DECRETO

Campinas, 07 de janeiro de 2026.

DECRETO Nº

Dispõe sobre a aplicação da repactuação, do reajuste em sentido estrito e da revisão nos contratos administrativos firmados pela Administração Pública Direta do Município de Campinas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, *caput*, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI PMC.2025.00063503-16,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Este Decreto estabelece as normas e os procedimentos para a aplicação dos institutos da repactuação, do reajuste em sentido estrito e da revisão, destinados à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos firmados pela Administração Pública Direta do Município de Campinas.

§ 1º Aplicam-se as disposições sobre o reajuste em sentido estrito às Atas de Registro de Preços, admitindo-se os institutos de reajuste e revisão aos contratos delas advindos, desde que haja expressa previsão e não contrariem o disposto no Decreto nº 22.734, de 29 de março de 2023, ou em outro ato normativo que venha a substituí-lo.

§ 2º A aplicação da repactuação, reajuste e revisão previstas neste Decreto observará as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da legislação correlata.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se as seguintes definições:

I – Reajuste ou reajustamento em sentido estrito: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que consiste na aplicação de índice de correção monetária, contratualmente previsto, destinado a retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais;

II - Repactuação: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, aplicável aos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou com predominância de mão de obra, realizada por

meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data de referência vinculada à apresentação da proposta, para os custos decorrentes do mercado, e à vigência do acordo, da convenção ou do dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes da mão de obra;

III - Revisão: restabelecimento da relação econômico-financeira originalmente pactuada entre as partes, quando desequilibrada em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no ajuste.

IV - Matriz de Riscos ou Matriz de Alocação de Riscos – Cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, que identifica os riscos contratuais previstos e presumíveis e indica aqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou aqueles a serem compartilhados.

CAPÍTULO III

DA REPACTUAÇÃO

Art. 3º Os preços dos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para refletir a variação dos custos da contratação, mediante demonstração analítica, com data de referência vinculada:

I - à data de apresentação da proposta, para os custos decorrentes das condições de mercado;

II - à data de início da vigência do acordo, da convenção coletiva ou da sentença normativa que serviu de base para a formulação da proposta, para os custos relativos à mão de obra;

III - à data de entrada em vigor do novo valor da tarifa do serviço de transporte público coletivo, municipal, intermunicipal ou metropolitano, para os custos relacionados ao fornecimento de vale-transporte.

§ 1º A Administração Pública não se vinculará a disposições de acordos, convenções ou sentenças normativas que estabeleçam obrigações de natureza não trabalhista ou que criem direitos não previstos em lei, tais como participação nos lucros e resultados, ou que fixem, de forma peremptória, percentuais de encargos sociais ou preços de insumos.

§ 2º É vedado à Administração Pública vincular-se a disposições de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que estabeleçam obrigações e direitos aplicáveis exclusivamente aos contratos celebrados com o Poder Público.

§ 3º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial da contratada, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, quando for o caso.

§ 4º No caso de o valor da assistência médica, ou outro custo relativo à mão de obra não estar informado na Convenção Coletiva, a correção do valor desses itens de custo devem ocorrer no aniversário da proposta, a rigor pelo índice fixado nos instrumentos convocatório e contratual para essa finalidade.

§ 5º A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

a) da data de apresentação da proposta, para os custos decorrentes das condições de mercado; ou

b) da data de início dos efeitos financeiros do acordo, da convenção coletiva ou da sentença normativa que fundamentou a última pactuação de custos de mão de obra.

§ 6º Excepcionalmente, será devida a repactuação com interregno inferior a 1 (um) ano, quando houver a antecipação da data-base da categoria mediante edição de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que

altere a data de início das obrigações trabalhistas incidentes no caso.

§ 7º Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que ensejou a última repactuação.

§ 8º Será concedida a repactuação em datas distintas quando o instrumento coletivo de trabalho que a fundamentar houver diferido, em parcelas, a aplicação da majoração salarial ou de outros encargos trabalhistas.

§ 9º Quando o contrato envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação referente aos custos de mão de obra poderá ser processada de forma segmentada, em tantos quantos forem os acordos, as convenções ou as sentenças normativas aplicáveis.

Art. 4º A repactuação será precedida de solicitação formal da contratada, a qual deverá ser instruída com a demonstração analítica da variação dos custos, por meio da apresentação de planilha de custos e formação de preços atualizada, bem como do novo instrumento normativo que a fundamenta.

§ 1º O requerimento de repactuação deverá ser realizado, preferencialmente, por meio eletrônico, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou por correio eletrônico institucional, devendo, na hipótese de protocolo físico, a documentação ser integralmente digitalizada e inserida no respectivo processo administrativo eletrônico.

§ 2º As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura do termo de prorrogação contratual subsequente ou com o encerramento do contrato.

Art. 5º Os processos administrativos que versem sobre pedidos de repactuação deverão ser instruídos com os seguintes documentos, a serem providenciados pelos responsáveis indicados:

§ 1º Pelo gestor do contrato:

I - requerimento da contratada, devidamente instruído com a demonstração analítica da variação de custos por meio de planilha eletrônica;

II - cópia do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que fundamenta o pleito, se aplicável;

III - planilha eletrônica de custos e formação de preços que integrou a proposta vencedora da licitação, bem como a sua última versão atualizada com os custos, valores e quantitativos vigentes; e

IV - manifestação técnica circunstanciada, contendo o histórico de todos os registros formais da execução contratual, tais como a ordem de serviço inicial, os termos aditivos de alteração e prorrogação, e os reajustes ou repactuações, anteriormente concedidos, com referência expressa à numeração dos respectivos documentos no processo administrativo.

§ 2º A análise técnica do pedido de repactuação observará o seguinte procedimento:

I - o pedido, devidamente instruído pelo gestor do contrato, será submetido à análise de profissional economista lotado no órgão gestor do contrato ou, na sua ausência, da Coordenadoria Departamental de Análise Técnico-Econômica (COATE), vinculada ao Departamento de Planejamento Estratégico (DPE) da Secretaria Municipal de Administração (SMA), que emitirá parecer técnico conclusivo;

II - o parecer técnico deverá ser acompanhado do cálculo da repactuação e das planilhas que demonstrem os novos valores unitários e totais; e

III - nos contratos considerados de grande vulto, de elevada complexidade técnica ou que envolvam volume excessivo de dados, a COATE poderá, mediante justificativa técnica dirigida à secretaria gestora, solicitar a constituição de equipe de apoio específica para auxiliar na análise.

§ 3º A equipe de apoio específica para auxiliar na análise de contratos considerados de grande vulto, de elevada complexidade técnica ou que envolvam volume excessivo de dados:

I - será composta por servidores do órgão interessado, preferencialmente pelo gestor e pelo fiscal do contrato, ou por servidor com atuação direta na sua execução;

II - terá como atribuição auxiliar a COATE na coleta, organização e análise dos dados necessários à elaboração dos cálculos de repactuação, atuando sob a supervisão técnica da própria COATE.

§ 4º O gestor e o fiscal do contrato, ainda que não componham a equipe de apoio, deverão acompanhar todas as etapas do processo de repactuação, assegurar a consistência e a integridade dos dados fornecidos, prestar esclarecimentos tempestivamente sempre que solicitados e validar formalmente os dados e as informações utilizados nos cálculos.

Art. 6º A unidade gestora do contrato adotará as providências necessárias ao cumprimento do prazo de 1 (um) mês para resposta ao pedido de repactuação, contado da data de sua devida instrução, considerando-se o prazo mínimo de 12 (doze) dias úteis para a análise pela COATE.

§ 1º O prazo de 1 (um) mês poderá ser ampliado pela Administração, mediante justificativa expressa, com base em critérios como o porte do contrato, a complexidade técnica do seu acompanhamento ou a qualificação do quadro funcional da unidade gestora, observado o limite máximo de 3 (três) meses, salvo em situações excepcionais devidamente fundamentadas.

§ 2º O prazo para resposta ao pedido de repactuação será suspenso na hipótese de a contratada não apresentar a documentação completa e suficiente, ou em caso de necessidade de diligências para complementação de informações, prosseguindo-se a contagem a partir do integral cumprimento da pendência.

§ 3º Fica dispensada a manifestação da Procuradoria-Geral do Município sobre a repactuação, em razão de sua natureza eminentemente técnico-financeira, devendo ser respeitadas as disposições previstas no edital de licitação ou no contrato.

§ 4º Não obstante a dispensa prevista no § 3º, o órgão gestor do contrato ou a unidade de análise técnica poderá, com vistas a prevenir risco de interpretação equivocada da legislação aplicável ou de instrumento normativo, formular consulta fundamentada à Procuradoria-Geral do Município ou aos órgãos de controle interno, devendo indicar as premissas de fato e de direito que motivam a dúvida.

§ 5º Na hipótese de formulação da consulta prevista no § 4º, o prazo para processamento da repactuação será suspenso até a manifestação do órgão consultado.

§ 6º A repactuação será formalizada por meio de apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, salvo quando realizada em conjunto com outras alterações contratuais que exijam termo aditivo.

CAPÍTULO IV DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

Art. 7º O reajuste em sentido estrito consiste na aplicação do índice de correção monetária estabelecido no contrato, o qual deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária com periodicidade inferior a 1 (um) ano.

§ 2º A periodicidade para a aplicação do reajuste contratual será contada a partir da data-base do orçamento estimado da contratação, ou excepcionalmente, da data-base da proposta na hipótese do § 4º.

§ 3º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

§ 4º Excepcionalmente, quando inviável ou desnecessária a elaboração do orçamento estimado, notadamente na contratação de fornecedor exclusivo, por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a data da apresentação da proposta poderá ser adotada como data-base do reajuste.

§ 5º Independentemente do prazo de vigência contratual, é obrigatória a previsão, no edital da licitação ou no Termo de Referência ou no contrato, dos critérios de reajustamento de preços aplicáveis, nos termos deste Capítulo.

§ 6º O procedimento de reajuste será iniciado de ofício pela unidade gestora do contrato, exceto quando o edital, o Termo de Referência ou o contrato estabelecer expressamente que o reajuste depende de requerimento da contratada.

§ 7º Caberá à unidade gestora do contrato adotar medidas junto às contratadas visando à renúncia à aplicação da cláusula de reajuste ou à negociação prévia para aplicação de percentual inferior ao apurado, inclusive com base em índices setoriais ou parâmetros de mercado mais vantajosos para a Administração.

§ 8º A prorrogação do prazo de vigência contratual por culpa exclusiva da contratada não dará ensejo a reajustamento de preços incidente no período.

§ 9º O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do inciso I do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficando dispensada a manifestação da Procuradoria-Geral do Município.

§ 10. Não obstante a dispensa prevista no § 9º, o órgão gestor do contrato ou a unidade de análise técnica poderá, com vistas a prevenir risco de interpretação equivocada da legislação aplicável, formular consulta fundamentada à Procuradoria-Geral do Município ou aos órgãos de controle interno, devendo indicar as premissas de fato e de direito que motivam a dúvida.

Art. 8º Os reajustes de preços dos contratos administrativos serão realizados, preferencialmente, com base em índice setorial ou específico que reflita de forma mais precisa a variação de custos do objeto contratado, devendo tal índice constar expressamente do edital, do Termo de Referência ou do contrato.

§ 1º Na ausência de índice setorial ou específico aplicável ao objeto contratado, será adotado, de forma subsidiária, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

§ 2º Sempre que possível, a definição do índice de reajuste deverá considerar as práticas de mercado e os parâmetros usualmente adotados em contratações de objetos similares, devendo ser objeto de análise fundamentada.

Art. 9º Os cálculos de reajuste serão realizados por profissional economista lotado no órgão gestor do contrato ou, na ausência deste, por profissional lotado na Coordenadoria Departamental de Análise Técnico-Econômica (COATE), responsáveis pela emissão de parecer técnico, acompanhado da memória de cálculo do reajuste, com a indicação dos valores unitários e totais.

§ 1º Em se tratando de obras e serviços especiais de engenharia e de arquitetura, os cálculos e pareceres serão de responsabilidade do profissional orçamentista da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§ 2º Nos contratos considerados de grande vulto, de elevada complexidade técnica ou que envolvam volume excessivo de dados, a COATE poderá, mediante justificativa técnica dirigida à secretaria gestora, solicitar a constituição de equipe de apoio específica.

§ 3º O reajuste será processado pela Administração no prazo de até 1 (um) mês, contado do término do período aquisitivo, nos casos de concessão de ofício, nos termos do § 6º do art. 7º deste Decreto, ou da data do protocolo do requerimento devidamente instruído pela contratada, nas demais hipóteses.

§ 4º Nos casos em que o reajuste depender de requerimento da Contratada, a Administração poderá prever um prazo razoável a partir do surgimento do direito ao reajuste para que a contratada apresente este pedido, sob pena de não o fazendo dentro do prazo estabelecido, não ter reconhecido o efeito retroativo do reajuste à data do surgimento do direito, mas apenas a partir da data da apresentação do seu pedido.

§ 5º O prazo de 1 (um) mês estabelecido para a autorização do reajuste admitirá prorrogação, por igual período, mediante justificativa, aplicando-se, no que couber, as regras de suspensão de prazo previstas para a repactuação e a revisão contratual.

§ 6º A responsabilidade pela verificação da conformidade dos critérios de reajuste e das demais informações técnicas compete ao órgão gestor do contrato, com apoio da unidade de análise técnica, se for o caso.

CAPÍTULO V DA REVISÃO CONTRATUAL

Art. 10. A revisão do contrato poderá ser concedida, por iniciativa da Administração ou a pedido da contratada, para promover o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual.

Art. 11. A revisão poderá ser concedida a qualquer tempo, desde que solicitada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, independentemente de previsão contratual, e desde que verificados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - a ocorrência de evento superveniente e incerto, ou conhecido posteriormente, à apresentação da proposta;
- II - a ausência de culpa da parte que pleiteia a revisão na ocorrência do evento;
- III - a demonstração de que a manutenção das condições contratuais originais tornou a execução excessivamente onerosa para uma das partes;
- IV - a existência de modificação substancial e desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração Pública;
- V - o nexo de causalidade direto entre o evento e a variação dos custos, a justificar a necessidade de recomposição da remuneração; e
- VI - a comprovação inequívoca, nos autos, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de planilhas e documentos que demonstrem a inviabilidade da sua continuidade nas condições inicialmente pactuadas.

Art. 12. Para fins de concessão da revisão, deverá ser verificado previamente se o risco que deu causa ao desequilíbrio foi alocado à contratada por meio de cláusula de matriz de riscos, se houver.

§ 1º Caso o risco esteja expressamente endereçado à contratada na matriz de riscos, não será concedida a revisão para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, exceto no que se refere:

I – às alterações unilaterais, quantitativas e qualitativas, determinadas pela Administração

II – ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

§ 2º A cláusula da matriz de riscos deverá conter disposição expressa de que:

I - Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

II - Eventual risco não elencado na matriz de riscos deverá ser compartilhado entre as partes.

Art. 13. O reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos será precedido de análise e manifestação do gestor do contrato, da unidade de análise técnica e econômica competente e da Procuradoria-Geral do Município, nesta ordem, e submetido à aprovação do titular do órgão gestor do contrato.

§ 1º A manifestação do gestor do contrato deverá apresentar o histórico detalhado da execução contratual e indicar os documentos pertinentes ao pleito.

§ 2º A manifestação da unidade de análise técnica e econômica competente, do profissional economista do órgão gestor ou da COATE ou do profissional orçamentista da Secretaria de Infraestrutura, consistirá em parecer técnico de caráter opinativo, que verificará, se possível, a adequação dos valores e percentuais apresentados e sua análise macroeconômica, com o objetivo de subsidiar a decisão final com dados econômicos e financeiros.

§ 3º A manifestação da Procuradoria-Geral do Município abrangerá os aspectos jurídicos do procedimento, em especial o exame do preenchimento dos requisitos legais para a alteração contratual pretendida, em vista das situações elencadas na cláusula de matriz de risco e da aplicação dos arts. 22, 92 inc. IX, e 103 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, não se estendendo à análise de mérito técnico ou financeiro.

§ 4º Em caso de decisão favorável do titular do órgão à concessão da revisão, o processo será novamente submetido à unidade de análise técnica e econômica competente, com a especificação dos itens que deverão sofrer alteração, para o cálculo final dos novos valores unitários e totais.

§ 5º Os efeitos financeiros dos pedidos de revisão deferidos retroagirão à data do evento que lhes deu causa, desde que o pedido seja protocolado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, no prazo máximo de 3 (três) meses da ocorrência do fato gerador, aplicando-se, quando ultrapassado esse prazo, os efeitos financeiros a partir da data do protocolo do requerimento.

Art. 14. Os processos relativos a pleitos de revisão de contratos deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - pelo gestor do contrato:

a) requerimento da contratada, devidamente assinado pelo seu representante legal, acompanhado da documentação hábil a demonstrar a ocorrência do fato gerador do desequilíbrio;

b) indicação dos documentos do processo que contenham a planilha de custos da proposta original e a planilha que demonstre a equação atual do contrato;

c) manifestação com o histórico da execução contratual.

II - pela unidade de análise técnica e econômica competente:

a) parecer técnico de caráter opinativo;

b) em caso de decisão favorável do titular do órgão, as planilhas com os valores unitários e totais revisados.

III - parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município;

IV - decisão fundamentada do titular do órgão contratante acerca da solicitação de revisão contratual;

V – Termo Aditivo.

Art. 15. A Unidade Gestora do Contrato deverá adotar as providências cabíveis para o cumprimento do prazo de 1 (um) mês para resposta ao pedido, contado da data de conclusão da instrução do requerimento.

§ 1º O prazo para resposta não se iniciará enquanto a contratada não apresentar a documentação suficiente ou, se iniciado, será suspenso em caso de necessidade de diligência para complementação das informações.

§ 2º A unidade DPE-COATE demandará prazo de até 12 (doze) dias úteis para análise, admitida a prorrogação motivada por igual período.

§ 3º O prazo de 1 (um) mês poderá ser ampliado pela Administração, mediante justificativa expressa, com base em critérios como o porte do contrato, a complexidade técnica do seu acompanhamento ou a qualificação do quadro funcional da unidade gestora, observado o limite máximo de 3 (três) meses, salvo em situações excepcionais devidamente fundamentadas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. A efetivação da repactuação, do reajuste ou da revisão que resulte em aumento de despesa dependerá de prévia comprovação da existência de recursos orçamentários e financeiros, a ser providenciada pela secretaria gestora do contrato, mediante:

I - declaração do ordenador de despesas que ateste a disponibilidade orçamentária, com a indicação da respectiva dotação;

II - declaração de atendimento aos limites e condições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

III - aprovação do Comitê de Acompanhamento e Gestão Orçamentária e Financeira (Comitê Gestor), quando exigível; e

IV - registro da respectiva reserva orçamentária no Sistema de Informações Municipais (SIM), que acompanha a execução orçamentária e financeira do Município.

Art. 17. A Coordenadoria Departamental de Análise Técnico-Econômica (COATE) somente realizará a análise de pedidos de repactuação nos contratos em que:

I - tenha procedido à validação da planilha de composição de custos integrante do orçamento de referência da contratação, antes da publicação do edital;

II - tenha validado, por ocasião da análise da proposta vencedora, a planilha de composição de custos apresentada pela empresa contratada, para fins de aferição da compatibilidade com os parâmetros do edital; e

III - seja comprovada, no momento da solicitação da repactuação, a manutenção das premissas, condições e parâmetros aprovados nas etapas anteriores.

Parágrafo único. A validação das planilhas de composição de custos do orçamento de referência e da contratada abrange apenas a análise da estrutura e da composição da planilha de custos e formação de preços, não implicando análise crítica de valores unitários ou globais, ou concordância com os demais elementos da proposta comercial apresentada pela contratada.

Art. 18. As disposições deste Decreto aplicam-se, no que couber, às contratações diretas realizadas com fundamento nos arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como às hipóteses em que for dispensada a formalização de termo de contrato, nos termos do art. 95 do referido diploma legal.

Parágrafo único. Quando houver substituição do instrumento de contrato por instrumento equivalente, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, as obrigações e cláusulas previstas neste Decreto deverão constar nos nesses instrumentos ou nos Termos de Referência, observada a natureza e a complexidade do objeto.

Art. 19. Fica revogado o art. 20 do Decreto nº 15.291, de 18 de outubro de 2005, com a redação dada pelo Decreto nº 19.235, de 4 de agosto de 2016.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas,

DÁRIO SAADI
Prefeito Municipal

Redigido conforme elementos do Processo SEI PMC.2025.00063503-16.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 07/01/2026, às 15:33, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17345325** e o código CRC **C7C3009C**.